

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

2024



Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Financeiras ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado ... 4

Demonstração do Resultado Abrangente ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 7

Notas Explicativas da Administração ... 8

Relatório do Auditor Independente ... 19

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da BBC Processadora S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 4.772 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 159.513 mil e Ativos Totais de R\$ 241.228 mil.

A Política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Não houve a distribuição dos dividendos em 2024, em virtude da absorção de prejuízo acumulado.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante		227.190	208.804
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	172.095	157.441
Outros Ativos	7	55.095	51.363
Não Circulante		14.038	32.978
Tributos a Compensar ou a Recuperar	15d	1.401	32.141
Ativos fiscais diferidos	15b	12.637	837
Total do ativo		241.228	241.782
PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante		5.310	11.905
Outras Obrigações		5.310	11.905
Impostos e Contribuições a Recolher	15e	6	7.016
Outras Obrigações	9	5.304	4.889
Não Circulante		76.405	75.136
Outras Obrigações		76.405	75.136
Outras Obrigações Diferidas	15b	76.405	75.136
Total do passivo		81.715	87.041
Patrimônio Líquido		159.513	154.741
Capital Social	10a	185.800	185.800
Prejuízos Acumulados		(26.287)	(31.059)
Total do passivo e patrimônio líquido		241.228	241.782

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Receitas Operacionais		-	1
Outras Receitas Operacionais		-	1
Despesas Operacionais		(14.079)	(1.474)
Despesas com Pessoal	13	(184)	(59)
Despesas Tributárias	12	(13.230)	(405)
Despesas Gerais e Administrativas	11	(665)	(1.010)
Resultado Financeiro	14	9.154	11.489
Receitas financeiras		9.155	11.490
Despesas financeiras		(1)	(1)
Resultado antes da tributação		(4.925)	10.016
Imposto de Renda e Contribuição Social	15a	9.697	(2.493)
Resultado do Período		4.772	7.523
Número de ações		56.153	56.153
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$		0,08	0,13

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	4.772	7.523
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	4.772	7.523

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	185.800	-	-	(38.582)	147.218
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	7.523	7.523
Saldos em 31 de dezembro de 2023	185.800	-	-	(31.059)	154.741
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.772	4.772
Saldos em 31 de dezembro de 2024	185.800	-	-	(26.287)	159.513

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.925)	10.016
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(4.599)	(5.635)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(9.524)	4.381
(Aumento)/Redução com Tributos a Recuperar e Ativos fiscais diferidos	31.256	(249)
Aumento/(Redução) em Impostos e Contribuições a recolher	(7.163)	(494)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	416	434
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(331)	(249)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	14.654	3.823
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.654	3.823
Início do Exercício	157.441	153.618
Fim do Exercício	172.095	157.441
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.654	3.823

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BBC Processadora S.A. (“BBC Processadora” ou “Sociedade”), é uma Sociedade que tem por objeto social a prestação de serviços de administração e de processamento de cartões de crédito, bem como de apoio à Companhia administradora de cartões de crédito e, ainda, serviços correlatos e participação em outras sociedades como quotista ou acionista. A BBC Processadora S.A., é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Sociedade está domiciliada no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 06.

2.4. Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5. Outros Ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.6. Ágio (goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Sociedade sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

A composição das Provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 08.

2.8. Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro.

b) Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.9. Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais Diferidos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica “Passivos Fiscais Diferidos”.

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais, bem como os valores dos ativos fiscais não ativados, estão apresentados na Nota 15.

2.11. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.12. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

2.13. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS**a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:**

- Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Apresentação das Demonstrações Financeiras (Correlacionado ao CPC 26) - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma sociedade quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as sociedades adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.
- Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A nova norma, emitida em abril de 2024, introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

- Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

a) Provisões e passivos contingentes – Nota explicativa 08

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

b) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos – Nota explicativa 15

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Certificados de depósitos bancários ⁽¹⁾	172.095	157.441
Equivalente de Caixa	172.095	157.441

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Depósitos judiciais fiscais	55.042	51.310
Depósitos judiciais trabalhistas	53	53
Total	55.095	51.363

8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "unicidade de emprego, equiparação salarial e horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base dos processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

III - Movimentação das provisões

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2023	164
Atualização monetária	28
Constituição	139
Saldo em 31 de dezembro de 2024	331

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024 R\$ 227.248 (2023 – R\$ 218.416). O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Anos bases de 2010 a 2012 / 2013 a 2015 - R\$ 169.609 (2023 - R\$ 158.665) lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Provisões de honorários	2.546	2.297
Provisão de reestruturação	2.099	2.099
Passivos trabalhistas	331	164
Provisões diversas	328	328
Total	5.304	4.888

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do Capital Social em ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 185.800 (2023 – R\$ 185.800), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Ordinárias	56.152.575	56.152.575
Total	56.152.575	56.152.575

b) Reservas de lucros

Em 2024 e 2023, em virtude da absorção de prejuízo acumulado não houve constituição de Reservas Estatutárias e Legal.

c) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Não houve a distribuição dos dividendos em 2024 e 2023, em virtude da absorção de prejuízo acumulado.

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Serviços de terceiros	(662)	(500)
Outras	(3)	(510)
Total	(665)	(1.010)

12. DESPESA TRIBUTÁRIA

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Pis	(62)	(46)
Cofins	(410)	(284)
Taxas	(3)	(18)
Juros	(41)	(57)
Ativos tributários baixados ⁽¹⁾	(12.714)	-
Total	(13.230)	(405)

(1) Trata-se da baixa de ativos tributários sem capacidade de recuperação.

13. DESPESA COM PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Indenizações trabalhistas	(184)	(59)
Total	(184)	(59)

14. RESULTADO FINANCEIRO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Receitas Financeiras	9.155	11.490
Receitas sobre aplicações financeiras	4.554	5.855
Atualização monetária	4.601	5.635
Despesas Financeiras	(1)	(1)
Outros	(1)	(1)
Total	9.154	11.489

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(4.925)	10.016
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	1.675	(3.405)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis ⁽¹⁾	(4.028)	420
Constituição de ativos fiscais não ativado anteriormente	11.860	-
Outros valores	190	492
Imposto de renda e contribuição social do exercício	9.697	(2.493)

(2) A principal variação decorre do efeito tributário do provisionamento para perdas, sem constituição de ativos fiscais diferido, de tributos a recuperar, conforme nota 15.d.

b) Impostos diferidos – Constituídos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Abaixo apresentamos a origem e os saldos dos ativos fiscais diferidos e das obrigações fiscais diferidas:

Em 31 de dezembro

Ativos Fiscais Diferidos	2024	2023
Diferenças temporárias	2.878	2.462
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	34.291	-
Base de cálculo do imposto diferido	37.169	2.462
IRPJ diferido - alíquota de 25%	9.292	615
CSLL diferido - alíquota de 9%	3.345	222
Total dos ativos fiscais diferidos⁽¹⁾	12.637	837
Obrigação fiscal diferida		
Amortização de ágio ⁽¹⁾	(211.301)	(211.301)
Variação monetária dep. Judiciais	(13.420)	(9.687)
Base de cálculo do imposto diferido	(224.721)	(220.988)
IRPJ diferido - alíquota de 25%	(56.180)	(55.247)
CSLL diferido - alíquota de 9%	(20.225)	(19.889)
Total da obrigação fiscal diferida Não Circulante	(76.405)	(75.136)

(1) Passivo diferido referente à amortização fiscal do ágio de investimentos.

	Saldo final 2023	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo final 2024
Diferenças temporárias	837	141	-	978
Prejuízo fiscal e Base Negativa	-	11.860	(201)	11.659
Ativo fiscal diferido - IRPJ (25%) e CSLL (9%)	837	12.001	(201)	12.637
Passivo fiscal diferido - IRPJ (25%) e CSLL (9%)	(75.136)	(1.269)	-	(76.405)

(1) A empresa possui ativos e passivos fiscais diferidos não constituído sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa. Os referidos créditos estão em avaliação de capacidade de realização em períodos futuros. O estoque de crédito não ativado em 2024 é de R\$ 3.886 (2023 – R\$ 15.913).

c) Projeção de realização dos créditos tributários

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	1.099	396	159	57	1.711
2026	1.012	365	159	57	1.593
2027	1.083	390	159	57	1.689
2028	1.238	446	159	57	1.900
2029	1.276	459	-	-	1.735
2030	1.281	461	-	-	1.742
2031	1.286	463	-	-	1.749
2032	381	137	-	-	518
Total	8.655	3.116	637	229	12.637

A projeção de realização de ativos fiscais diferidos é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro 2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 11.039 mil.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar correspondem ao montante de R\$ 1.401 (2023 - R\$ 32.141). A movimentação decorre de uma restituição de R\$ 20 milhões e um provisionamento para perdas dos valores a recuperar de R\$ 10 milhões.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 6 (2023 - R\$ 7.016), referem-se a Contribuição Social R\$ 0 (2023 - R\$ 41), Cofins R\$ 5 (2023 - R\$ 6.709) e PIS R\$ 1 (2023 - R\$ 266).

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Kirtton Bank S.A Banco Múltiplo) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro

	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesas)	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	172.095	157.441	-	-
Banco Bradesco S.A.	172.095	157.441	-	-
Receitas Financeiras	-	-	4.554	5.855
Banco Bradesco S.A.	-	-	4.554	5.855

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023;
- b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Andrévison Viana de Souza – CRC 1SP278582/O-4



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
BBC Processadora S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBC Processadora S.A. (“BBC Processadora” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBC Processadora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP-295328/O-4



bradesco